

**DA LUTA FEMINISTA AOS ESTUDOS DE GÊNERO: BREVE REFLEXÃO SOBRE
A IMPORTÂNCIA DESSA CATEGORIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA E NO
COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

***DE LA LUCHA FEMINISTA A LOS ESTUDIOS DE GÉNERO: BREVE REFLEXIÓN
SOBRE LA IMPORTANCIA DE ESTA CATEGORÍA EN LA ENSEÑANZA DE LA
GEOGRAFÍA Y EN EL ENFRENTAMIENTO DE LA VIOLENCIA CONTRA LA
MUJER***

***FROM FEMINIST STRUGGLE TO GENDER STUDIES: A BRIEF REFLECTION ON
THE IMPORTANCE OF THIS CATEGORY IN THE TEACHING OF GEOGRAPHY
AND IN THE FIGHT AGAINST VIOLENCE AGAINST WOMEN***



Rahyan de Carvalho ALVES¹
e-mail: rahyan.alves@unimontes.br



Victória Caroline VIDAL²
e-mail: victoria.caroline.vidal.13@gmail.com



Iara Soares de FRANÇA³
e-mail: iara.franca@unimontes.br

Como referenciar este artigo:

VIDAL, Victória Caroline; ALVES, Rahyan de Carvalho; FRANÇA, Iara Soares de. Da luta feminista aos estudos de gênero: breve reflexão sobre a importância dessa categoria no ensino de Geografia e no combate à violência contra mulher. *Revista Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023012. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.9592>



| **Submetido em:** 27/09/2022
| **Revisões requeridas em:** 18/05/2023
| **Aprovado em:** 30/06/2023
| **Publicado em:** 14/08/2023

Editoras: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Roberta Oliveira da Fonseca

¹ Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros – MG – Brasil. Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Doutorado em Geografia (UFMG).

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia.

³ Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros – MG – Brasil. Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Doutorado em Geografia (UFU).

RESUMO: O presente artigo versa sobre a situação de subalternidade das mulheres, proveniente das práticas e discursos que pautam a hierarquização histórica de gêneros. Nesse ínterim, tecemos reflexões sobre: as contribuições do movimento feminista na visibilidade de pautas das mulheres; apresentamos a conceituação da categoria gênero, a introdução deste estudo na academia brasileira; a aproximação com a ciência geográfica e a importância dessa categoria no ensino de Geografia. Para tanto, estabeleceu-se o diálogo entre autores diversos que discutem sobre as temáticas: Movimento Feminista; Gênero; Geografia de Gênero; Violência de Gênero e Violência contra a Mulher. Concluímos que negligenciar a categoria gênero é ser conivente com a violência de gênero que tantos danos físicos, psicológicos e morais causam às vítimas. É perpetuar a violência contra a mulher. Discorrer sobre gênero é ir de encontro a este problema que acompanha a vivência feminina; é unir forças, alçar a voz e dizer: basta.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Geografia de gênero. Violência contra a mulher. Ensino de Geografia.

RESUMEN: *El presente artículo aborda la situación de subordinación de las mujeres, derivada de las prácticas y los discursos que sustentan la jerarquización histórica de los géneros. Mientras tanto, reflexionamos sobre: las contribuciones del movimiento feminista para la visibilización de las agendas de las mujeres; presentamos la conceptualización de la categoría género, la introducción de este estudio en la academia brasileña y el acercamiento con la ciencia geográfica; y luego discutimos la turbulenta situación de esta categoría en la educación básica: los avances, obstáculos y retrocesos en el contexto político actual. Para ello, se estableció un diálogo entre diversos autores que discuten los temas: Movimiento Feminista, Género, Geografía de Género, Violencia de Género y Violencia contra las Mujeres. Concluimos que el desinterés por la categoría de género contribuye con la violencia de género que tanto daño físico, psicológico y moral causa a sus víctimas. Es perpetuar la violencia contra las mujeres. Discutir sobre género es encontrarse con este problema que acompaña a la experiencia femenina; es unir fuerzas, alzar la voz y decir: basta ya.*

PALABRAS CLAVE: *Feminismo. Geografía de género. Violencia contra las mujeres. Enseñanza de la geografía.*

ABSTRACT: *This article addresses the situation of women's subordinate status, arising from the practices and discourses that guide the historical hierarchy of genders. In the meantime, we reflect on the contributions of the feminist movement to the visibility of women's agendas; we present the conceptualization of the gender category, and its introduction in Brazilian academia, as well as its connection to geographic science and its significance to geography education. To this end, a dialogue was established among diverse authors who discuss the following themes: The Feminist Movement; Gender; Gender Geography; Gender Violence and Violence against Women. We conclude that to neglect the gender category is to with the gender violence that causes so much physical, psychological, and moral damage to the victims. It is to perpetuate violence against women. To talk about gender is to go against this problem that follows the female experience; it is to join forces, raise your voice, and say: enough is enough.*

KEYWORDS: *Feminism. Gender geography. Violence Against women. Teaching geography.*

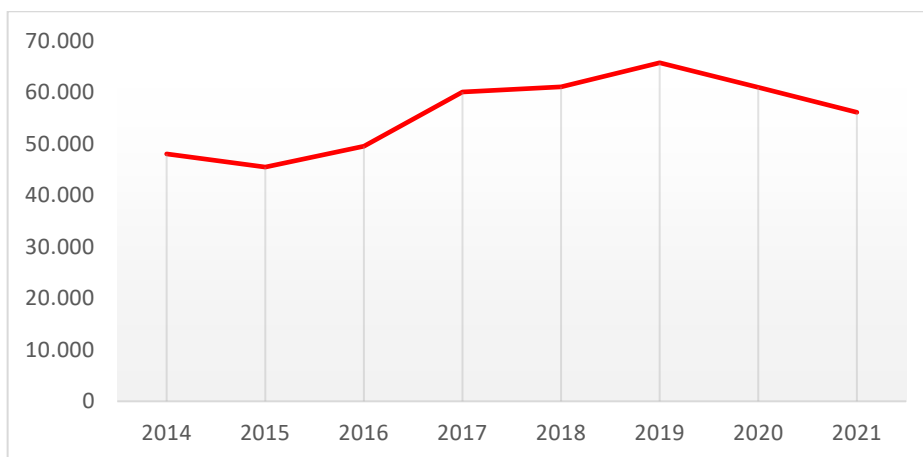
Introdução

As discussões sobre o conceito de gênero adquirem crescente notoriedade no bojo das ciências humanas e sociais nos decênios finais do século anterior, em virtude das contestações e denúncias de práticas e ações opressoras arraigadas no cotidiano social, mormente, contra as mulheres e a comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais e outros).

A concepção de gênero refere-se à construção social, histórica, cultural, política e ideológica do feminino e masculino, no qual circunscreve as condutas apropriadas a serem seguidas pelo sujeito de acordo com o papel de gênero a ele atribuído. Esta dualidade feminino/masculino propiciou a assimetria de gêneros em que o feminino é forçadamente colocado em situação de submissão ante ao masculino. Esta ideia arcaica é refutada pelos teóricos feministas que mobilizam-se para evidenciar a pluralidade de sujeitos, realçando o princípio de igualdade, noção premente face aos inquietantes dados de violência de gênero.

No Brasil, dados publicizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2021), pautado no sistema das polícias estaduais, apontam que a cada 10 minutos uma mulher é vítima de estupro. Em 2014, ocorreram aproximadamente 48 mil casos de estupros; 45.460 estupros em 2015; 49.497 estupros em 2016; 60.018 estupros em 2017; 61.032 estupros em 2018; 65.700 estupros em 2019; 60.926 estupros em 2020 e 56.098 estupros em 2021 (Gráfico 1). Estes dados incluem o estupro de vulnerável e são cometidos majoritariamente contra o gênero feminino, 90% dos casos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015; 2016; 2017; 2018; 2019, 2020; 2021; 2022).

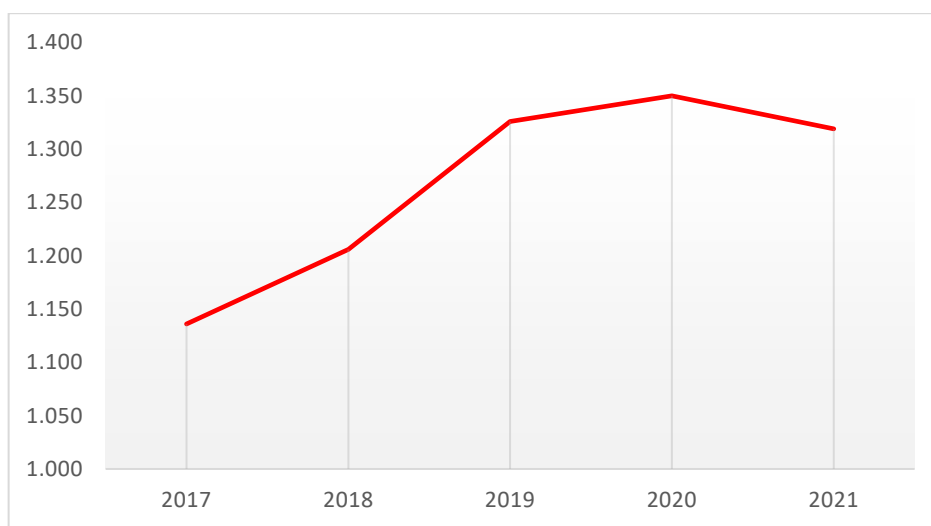
Gráfico 1. Ocorrência do crime de estupro no Brasil entre 2014 e 2021



Fonte: FBSP (2015-2022). Organizado pelos autores

Este cenário violento também é explicitado nas ocorrências policiais de homicídios de mulheres pelo fato de serem mulheres, o feminicídio. Foram registrados 1.136 casos em 2017; 1.206 casos em 2018; 1.326 casos em 2019; 1.350 casos em 2020; e 1.319 casos em 2021 (Gráfico 2) (*ibidem*).

Gráfico 2 – Ocorrência do crime de feminicídio no Brasil entre 2017 e 2021



Fonte: FBSP (2018-2022). Organizado pelos autores

Apesar de os dados serem estaremcedores, esta situação é problematizada há pouco tempo, o que denota negligência do campo científico que, sob a égide da neutralidade científica, omitiu por muitos anos a pluralidade dos sujeitos. A este respeito, evoca-se à Massey (1994) que defende a constituição do “sujeito universal” na análise e produção teórico-conceitual da ciência geográfica. O sujeito universal alude à representação parcial e tendenciosa das vivências espaciais que evidencia, sobretudo, o homem, branco, cristão, heterossexual, de classe média e ocidental, à medida que obscurece as experiências espaciais dos demais indivíduos que não se enquadram nestas características: negros, mulheres, LGBTQIA+, povos originários etc.

Nesse viés, os estudos geográficos foram conduzidos de forma fragmentária, com nítida inclinação à perspectiva machista e elitista. Coaduna-se com Escouto (2019, p. 49) ao afirmar que “[...] a neutralidade é uma fantasia. Ela simplesmente não existe porque, ao eleger um “[...] modelo universal”, já foi feita uma escolha, um lado já foi tomado.” E o lado escolhido em questão já é historicamente privilegiado desmedidamente na sociedade que é, por sua vez, firmada na acentuada desigualdade de gêneros.

O ato de omitir as experiências sociais e espaciais da diversidade de sujeitos e, por conseguinte, as disparidades de poder entre eles, torna o campo científico conivente com os

contextos de opressões e violências. Trazer à luz esta discussão é visibilizar, reconhecer e considerar os sujeitos há muito marginalizados. A educação exerce um papel fundamental na promoção de uma maior compreensão e inclusão da questão ao questionar os alicerces da estrutura social, abordar suas controvérsias e apontar direcionamentos para a conformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, este artigo discute a importância da inclusão da categoria gênero na ciência geográfica e no ensino de Geografia. Parte-se do pressuposto de que este enfoque é necessário e representa um dos caminhos possíveis para superar o atual cenário violento resultante da assimetria de gênero, a qual afeta profundamente as mulheres. Nessa perspectiva, iremos colocar em relevo os contributos do movimento feminista à questão, hodiernamente, discorrido no âmago dos estudos de Gênero; a aproximação deste campo de estudo com a ciência geográfica; e a inadiável abordagem de gênero no ensino-aprendizagem de Geografia.

Para tanto, estabeleceu-se o diálogo entre autores diversos que discutem sobre as temáticas: Movimento Feminista; Gênero; Geografia de Gênero; Violência de Gênero; Violência contra a Mulher, pautando-se nos seguintes autores: ESCOUTO; TONINI, 2018; HEILBORN; SORJ, 1999; HRUSCHKA; MAIO, 2015; MANINI, 1996; ROCHA; CAMPOS, 2015; SANTOS; IZUMINO, 2005; SILVA, 1998, entre outros.

Nas próximas sessões teceremos reflexões sobre: (I) As contribuições do movimento feminista na visibilidade de pautas das mulheres; a inserção da temática nos estudos sobre gênero; a introdução da categoria gênero na academia brasileira; a aproximação desta com a ciência geográfica; e a importância dessa categoria no ensino de Geografia; (II) discutiremos retirada controversa da menção da categoria gênero do PNE e da BNCC; (III), e, por último, naturalmente, as considerações finais onde defenderemos que negligenciar a temática é ser conivente com a violência de gênero, é perpetuar a violência contra a mulher. Discorrer sobre gênero é ir de encontro a este problema que acompanha a vivência feminina.

Feminismo, gênero e ensino de Geografia em discussão

As questões relacionadas a gênero estão em voga na contemporaneidade, seja na mídia, sociedade, política, em determinados segmentos religiosos e nos centros de ensino (ESCOUTO; TONINI, 2018). A temática surgiu no cenário político-cultural na década de 1970 devido à influência de movimentos feministas norte-americanos e anglo-saxônicos.

O ressurgimento do feminismo no mundo ocidental ocorre em um contexto de florescimento de uma “[...] cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos” (SILVA, 1998, p. 106), a exemplo dos grupos de negros e homossexuais. A autora afirma que a mobilização feminista foi impulsionada por mudanças socioeconômicas, tais quais: a progressiva entrada de mulheres no mercado de trabalho, um avanço dos níveis educacionais; juntamente a mudanças demográficas, como a crescente diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida das mulheres.

No entanto, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não propiciou, tanto quanto se esperava, uma situação de igualdade social, tendo em vista que as mulheres se encontram, geralmente, em tarefas menos qualificadas, mais repetitivas e pior remuneradas, até mesmo a progressão e mobilidade nas carreiras é inferior à dos homens, além da menor representatividade feminina nos cargos políticos (ANDRÉ, 1990).

Silva (1998, p. 106) pontua que os movimentos feministas surgiram em períodos e com intensidades diferentes tanto nos países desenvolvidos quanto nos países da América Latina. As reivindicações foram ampliadas de problemáticas pontuais das mulheres para “[...] questionar a própria cultura ocidental, incluindo desde o relacionamento privado homem-mulher até a própria ciência considerada comprometida com a visão masculina do mundo.”

As mulheres adeptas aos ideais feministas denunciaram preconceitos e discriminações que culminaram na desvalorização histórica da mulher ante o homem nas esferas sociais, políticas e econômicas. Para reverter essa conjuntura, as mulheres reivindicavam a igualdade de direitos, além de o devido reconhecimento de suas capacidades e habilidades, como no mercado de trabalho, por exemplo.

O feminismo, independente de seus matizes teóricos, é um projeto político comprometido com a mudança social orientado para conseguir a igualdade humana. E, nesse sentido, explicita as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação destas, na sociedade (SILVA, 1998).

No Brasil, o movimento de mulheres adquire visibilidade a partir de 1975 (HEILBORN; SORJ, 1999) e, concomitante às contestações de cunho feminista, protestaram contra o autoritarismo do período militar e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas do espaço brasileiro (MANINI, 1996).

A princípio, o feminismo requer a resolução de problemas relacionados às mulheres trabalhadoras, como a falta de creches, dupla jornada, diferença salarial entre homens e

mulheres. Posteriormente, as mulheres inserem-se nas manifestações em prol de melhores condições de vida, abrangendo o transporte, saneamento básico, habitação, saúde e educação. Ao apontar tais problemas, “[...] o feminismo põe em xeque a má distribuição de renda, a urbanização e industrialização e o próprio sistema político do país” (MANINI, 1996, p. 52).

De acordo com a autora, nos anos 1980, as feministas acrescentam ao debate político temas até então pertencentes à esfera privada, como: maternidade, aborto, sexualidade, violência contra a mulher, contracepção, direito ao corpo, prazer, relação com o sujeito masculino e a família, entre outros.

Para institucionalizar as reflexões impulsionadas pelo feminismo na academia brasileira, Heilborn e Sorj (1999) esclarecem que os estudos foram denominados de “Estudos sobre Mulher”, “Estudos de Gênero” ou de “Relações de Gênero”, com a finalidade de “preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida e ressaltar/denunciar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas na sociedade brasileira”.

A partir da década de 1980, verifica-se uma substituição gradativa do termo mulher pelo termo gênero (SANTOS; IZUMINO, 2005). Tal mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico, implícito no uso do termo sexo, e enfatizou a construção social do feminino e masculino. Além do mais, a substituição dos termos “[...] favoreceu a aceitação acadêmica desta área de pesquisa, na medida em que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 4-5).

Ornat (2008) e Reis (2015) salientam que as questões de gênero foram, primeiramente, incorporadas pela Antropologia, Sociologia, Psicologia, Ciência Política, História, Filosofia e outras ciências sociais. O conceito de gênero “[...] é uma construção sociológica, político cultural do termo sexo, não é uma variável demográfica, biológica ou natural apenas, mas traz toda uma carga cultural e ideológica” (COSTA, 2011, p. 80).

No entanto, havia uma lacuna quanto às reflexões relacionando gênero e o espaço nas ciências sociais e humanas. A Geografia supriu essa lacuna dando origem a um subcampo da ciência, denominado Geografia Feminista e/ou de Gênero, “[...] que nasce no contexto da segunda onda do movimento feminista” (ORNAT, 2008, p.18).

Narvaz e Koller (2006) discorrem sobre as diferentes fases do movimento feminista: a primeira onda, durante o surgimento do movimento, ocorreu no final do século XIX e início do século XX, marcado pela luta das mulheres por direitos civis igualitários na Inglaterra, Estados

Unidos, França e Espanha; já a segunda onda se desenvolveu nas décadas de 1960 e 1970, destacando-se aqueles situados nos Estados Unidos e na França; a terceira onda, na década de 1980, é marcada pelas contestações ao conhecimento científico, tido como masculino, e a aproximação do movimento político e academia.

A Geografia de Gênero, nas palavras de Silva (1998, p. 107) “[...] não é Geografia das ou de mulheres, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista.” A autora, citando Bondi (1990), esclarece a distinção entre a Geografia Feminista e a de Gênero:

Alguns autores fazem uma distinção explícita entre Geografia Feminista e Geografia de Gênero, considerando a primeira como aquela que busca uma transformação não só da Geografia, mas também da forma como vivemos e trabalhamos e a Geografia de Gênero trata o gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes (BONDI, 1990). Considero que a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica (SILVA, 1998, p. 107- 108).

Os primeiros trabalhos desse subcampo, bem como os estudos gerais sobre gênero, surgiram na Geografia dos Estados Unidos e da Inglaterra no final da década de 1970 e em 1980 na Espanha (SILVA, 1998), “[...] estavam, sobretudo em foco, nesses estudos, as diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres e suas consequências na organização e utilização do espaço” (ANDRÉ, 1990, p. 336).

As principais referências desse subcampo são “Davis Bell, John Binnie, Gill Valentine, Nancy Duncan, Richard Phillips, Peter Jackson, Linda McDowell, Gillian Rose, entre outros.” (ORNAT, 2008, p. 311). No Brasil, destaca-se as contribuições de Claudia Maliszewski Escouto e Ivaine Maria Tonini (2018); Carmem Lúcia Costa (2011); Joseli Maria Silva (2007); Márcio José Ornat (2008); Susana Maria Veleza da Silva (1998), entre outros.

Tais autores questionaram a Geografia que, “de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo.” (SILVA, 1998, p. 108). Portanto, havia uma luta científica que queria reconhecer a mulher como importante produtora do espaço (NABOZNY; ORNAT, 2009).

Nesse contexto, conforme ressaltado por Silva, César e Pinto (2015, p. 187):

Eu sou uma mulher e meu corpo possui forma, tamanho e desempenha ações. Por acaso sou eu um ser não espacial? Ou há um problema com a ciência geográfica brasileira que tem se mostrado incapaz de constituir uma compreensão da minha realidade espacial como mulher?

Silva (2007, p. 120) acrescenta que “[...] o perfil contestatório da pesquisa geográfica foi criticado e alegava-se que, ao invés de promover discussão e transformação da situação de subordinação na qual se encontravam as mulheres, havia um reforço da dominação masculina.” Ao desconsiderar estas questões, a ciência mostra-se condescendente com a opressão social masculina sobre as mulheres.

Para uma abordagem feminista sobre a produção do espaço é preciso um olhar atento aos aspectos cotidianos, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados, logo, a abordagem de gênero abrange o universo micro e macro, envolvendo tanto as relações de caráter familiar quanto social, o espaço privado e o público. Mas, “[...] tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico” (SILVA, 2003, p. 33).

Além do pouco enfoque concedido pela Geografia à mulher e as relações de gênero na produção do espaço, os geógrafos da vertente feminista defendem que a ciência tem se desenvolvido de forma androcêntrica:

Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero. Mas por que completar a parcialidade dos enfoques tradicionais? Porque a ciência é androcêntrica, isto é, tem sido parcial desde os seus primórdios, uma vez que desconsiderou a mulher e as relações de gênero (SILVA, 1998, p. 108).

Por isso, os geógrafos feministas objetivam visibilizar a mulher e acrescentar a perspectiva de gênero articulando-o com outras relações sociais, como classe, etnia, idade, que constroem diferentes espaços geográficos (SILVA, 1998).

Dentre as pesquisas nesta área, ressalta-se a contribuição de Bondi (1992), citado por Silva (2007) que defendeu a ideia de que a produção do espaço reflete os estereótipos masculinos. O planejamento urbano funcionalista e racionalista “[...] que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos” (SILVA, 2007, p. 120). Então, a distribuição funcional da paisagem urbana reflete as preferências masculinas na produção do espaço.

A perspectiva de que a segregação espacial, além de seguir a lógica capitalista, também está relacionada com o modelo social patriarcal é defendido por Hurley e Winchester (1991, *apud* SILVA, 2007). De acordo com os autores, muitas áreas são marcadas pelo trabalho feminino com remuneração inferior em relação ao trabalho masculino, implicando em uma feminização da pobreza urbana.

Silva (2007, p. 120) acrescenta os espaços de constrangimento e os espaços de confinamento:

[...] os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade.

O diferente acesso físico entre homens e mulheres é constatado por Ornat (2005) que ao analisar os deslocamentos das mulheres de baixa renda verificou que, geralmente, estes são menos extensos e frequentes do que os realizados pelos homens da mesma localidade, demonstrando que as mulheres têm vivência reduzida no espaço da cidade. Ademais, os deslocamentos das mulheres são motivados pelas atividades da maternidade, os registros são ínfimos quanto a deslocamentos para atender interesses particulares.

Tais contribuições ilustram “[...] a importância de se contemplar o conceito de gênero como categoria explicativa da produção do espaço” (SILVA, 2003, p. 32), na medida em que ampliam a possibilidade de apreensão da ação humana sobre/atravs da superfície da Terra. Nas palavras de Ornat (2008, p. 320) a inserção das análises de gênero permite “[...] sairmos de nossos pequenos mundos, estruturados a partir das nossas normas ocidentais de gênero e sexualidade, para um mundo repleto de diversidade e complexidade.”

Nessa direção, discutir o conceito de gênero articulado à produção do espaço geográfico consiste em uma abordagem profícua no processo de ensino-aprendizagem, pois abre-se espaço para uma compreensão mais abrangente da diversidade e pluralidade presentes na produção e apropriação socioespacial. No ensino básico, é possível explorar as questões de gênero à luz do conceito de lugar, o que se revela como um percurso pedagógico oportuno por possibilitar a aproximação do conteúdo com a vivência, experiência e o cotidiano do alunado, tornando a temática mais esclarecedora e próxima da realidade que eles vivenciam.

Como prática pedagógica, visando promover a conexão dos alunos com o tema e com a realidade socioespacial em que estão inseridos, o professor pode orientá-los em atividades que considerem a localização do bairro da escola, os espaços de lazer disponíveis e o deslocamento e mobilidade pela cidade. Essa abordagem representa um exercício de raciocínio geográfico que contribui sobremaneira para a compreensão de que as vivências nos lugares são variadas, influenciadas pela diversidade dos indivíduos, que, por sua vez, também impacta na formação das suas práticas espaciais. Esse exercício simples auxilia refletir sobre a multiplicidade das

existências no lugar, indo além da lógica binária, que são produzidas e reproduzidas no cotidiano das cidades, nas ruas, bairros, nos espaços públicos e privados (FARIA, 2018; MASSEY, 2008; MORAIS, 2021).

O professor pode instigar o senso crítico dos educandos a partir de alguns questionamentos, como: Quais são as características e configurações dos lugares? Quem os utiliza e se apropria deles? Como as diversas identidades de gênero se posicionam e se situam nesse contexto espacial? Que tipos de vínculos, significados e usos os diversos indivíduos atribuem aos lugares? Eles se sentem acolhidos ou ameaçados levando em conta o lugar e o horário? Essas reflexões podem promover discussões enriquecedoras sobre “[...] quais espaços cabe cada gênero ocupar, o que se espera de cada um, as rupturas e transgressões quanto a este aspecto e, inevitavelmente, analisar as relações de poder que podem estar ditando as normativas daquelas relações” (FARIA, 2018, p. 130).

Com isso, promove-se a discussão de o porquê dado lugar ser atribuído aos meninos enquanto outros são às meninas e evidenciar as ausências e presenças de diversos grupos sociais nos espaços públicos e privados. Além disso, torna-se notório a existência de restrições baseadas no gênero, como as limitações enfrentadas pelas mulheres quanto a sua liberdade de ir e vir, à sua mobilidade e circulação. Como resultado, suas experiências espaciais são restringidas em comparação com os homens, devido ao medo de se tornarem vítimas de crimes violentos, por exemplo (VIDAL; ALVES, 2022).

Ao problematizar a apropriação desigual dos espaços urbanos, destaca-se a importância de garantir o direito à cidade, especialmente no que se refere a uma vida urbana plena, onde todos possam desfrutar igualmente dos espaços e serviços disponíveis. Nesse contexto, abordar a categoria gênero nas aulas de Geografia implica reconhecer que os alunos possuem identidades de gênero e, ao discutir essa temática, contribui para que se sintam representados. Além disso, essa abordagem visa desconstruir mitos e tabus, desnaturalizar comportamentos desmoralizantes, depreciativos e discriminatórios, aprimorando a convivência no ambiente escolar. É por meio dessa reflexão que construímos pontes para a construção de uma sociedade fundamentada em valores éticos. Portanto, essa abordagem pelos docentes de Geografia é fundamental para a formação de estudantes críticos e autônomos, capacitando-os para enfrentar e, quiçá, construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, mesmo com as contribuições significativas que os estudos de gênero trazem para o ambiente escolar e para o ensino de Geografia, esse tema tem sido objeto de intensos debates no campo político, na sociedade civil e nos movimentos sociais conservadores, que se

opõem a ele a ponto de se mobilizarem para impedir sua inclusão nas salas de aula, como será discutido a seguir.

Gênero na educação: as controvérsias em torno da retirada da categoria do PNE e BNCC

O currículo escolar é um território de disputas que desperta especial interesse das classes sociais dominantes; tal interesse origina-se da percepção do currículo atrelado à prática escolar como potencial de transformação do contexto de desigualdades sociais. Por isso, estes não medem esforços para apropriar-se dele e, dessa forma, manter a reprodução de práticas conservadoras e excludentes no ambiente escolar que reverberam na estrutura social (BOURDIEU; PASSERON, 1970; NASCIMENTO; CLAUDINO, 2018).

Para ilustrar esta atuação questionável não é preciso que nós aqui adentremos em períodos históricos marcantes já que hoje no Brasil vivenciamos a supressão de temas relacionados à valorização da diversidade, com destaque a discussão de gênero. Esse panorama controverso que ora nos encontramos é esclarecido por Rocha e Campos (2022):

[...] entende-se que o momento histórico e político pelo qual o Brasil atravessa favorece a atuação de grupos conservadores, que disputam o currículo escolar a partir da interdição de discussões mais plurais e inclusivas. Outrossim, houve uma interdição significativa no avanço de políticas públicas progressistas após 2016, e a educação foi uma das primeiras a sofrer as consequências desse processo (ROCHA; CAMPOS, 2022, p. 6).

Diante desse cenário, é válido frisar a retirada das menções de gênero e diversidade sexual do Plano Nacional de Educação – PNE, em 2014 e, por conseguinte, também suprimido da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, documento que orienta os conteúdos a serem tratados em sala de aula, que resultou da articulação de uma ofensiva conservadora aliada aos poderes legislativo, executivo e judiciário. A este respeito, esclarecem Hruschka e Maio (2015, p. 79):

As temáticas gênero e diversidade sexual têm gerado muitas discussões na política educacional brasileira atual, em função da aprovação do Plano Nacional de Comissão Especial Educação (PNE). A Câmara dos Deputados que analisou o PNE – PL (BRASIL, 2010), havia proposto o texto base do projeto na 8035/10 questão que trata de gênero no Inciso III do art. 2º como “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, porém no Substitutivo do PNE do Senado Federal a redação do artigo foi alterada para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Nesse ínterim, a elaboração do PNE e da BNCC foi acompanhada por intensos debates na sociedade brasileira. De um lado, grupos religiosos e políticos conservadores que se opunham a menção a gênero e orientação sexual no texto, pois defendiam que estes assuntos deveriam ser abordados por familiares na esfera privada. Do outro lado, Brandão e Lopes (2018, p. 116) destacam os “[...] segmentos minoritários da sociedade civil organizada, entidades de defesa dos direitos humanos, pesquisadores do campo alinhados ao debate contemporâneo sobre gênero, algumas autoridades governamentais empenhadas com as mudanças por meio do PNE.”

A retirada dos termos gênero e orientação sexual deve-se a frágil representatividade políticas dos apoiadores, resultando em uma designação genérica “[...] todas as formas de discriminação”, sem especificar os conteúdos (BRANDÃO; LOPES, 2018, p.22).

Tal feito foi deveras significativo e sentido pelas minorias que são por ele representadas. Esta situação, além de denotar a elevada influência deste segmento nas instituições de ensino, também demonstra, nas palavras dos autores supramencionados: “[...] um retrocesso no que se refere ao tratamento de questões pertinentes à construção de saberes de reconhecimento, respeito e valorização das diferenças” (ROCHA; CAMPOS, 2015, p. 11).

Ainda referente a este ponto, os autores defendem que esta intervenção retrógrada vai em contramão a luta de diversos movimentos sociais, com destaque aos feministas e de gênero, que buscam a ruptura da estrutura social em vigor e a superação de estereótipos de gêneros que estão entranhados nos pilares sociais.

Apesar de o conceito de gênero ter sido retirado dos documentos aqui em discussão, ainda assim há prerrogativa para os profissionais da educação tratar do assunto, uma vez que consta como princípio nas “Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos” (BRASIL, 2013b, p. 21), documento ainda válido. Logo na introdução é especificado que a inserção da questão, assim como de outras consonantes às minorias étnico-raciais, é primordial para a promoção de uma educação democrática, perspectiva apenas possível com o devido reconhecimento e valorização da diversidade humana.

Este princípio também consta na Constituição Federal Brasileira – CFB de 1988 que prevê no artigo 3º, inciso IV, “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 11) e com o Ministério de Educação - MEC, responsável pela implementação de políticas voltadas ao cumprimento do objetivo constitucional. (HRUSCHKA; MAIO, 2015).

Entretanto, considerando a circunstância corrente, reconhece-se que tratar este assunto em sala de aula é uma situação melindrosa ante a criação do termo “Ideologia de Gênero”, amplamente difundido pela ala política e meios de comunicação de massa, utilizado para retratá-lo como algo estritamente político, como se tivesse a pretensão de destruir valores e crenças familiares (JUNQUEIRA, 2016; ROCHA; CAMPOS, 2022).

Essa inverdade deve ser desmentida com os devidos esclarecimentos no ambiente escolar, conforme pontua Faria (2018, p. 120): “[...] para ocorrer modificações significativas no ensino, além do desejo de que haja mudanças, é necessário também construir caminhos e pontes para esta discussão em sala de aula, de modo que os medos e os receios sejam superados”.

Percebe-se que, não raras vezes, os docentes evitam o tema ora para não perder o controle da sala de aula (HOOKS, 2013), ora para evitar possíveis perseguições dentro do próprio ambiente escolar. Contudo, é inerente ao fazer docente crítico e consciente à adoção de uma postura de resistência ante a urgência da discussão.

À guisa de conclusão

À face do exposto, realça-se que não há mais espaço na Geografia contemporânea para omissões quanto à pluralidade e diversidade dos indivíduos e, conseqüentemente, das experiências socioespaciais. Esta conduta, de certa forma, faz perdurar desigualdades, exclusões e estereótipos, pois, ao negligenciar a categoria gênero, sugere-se que seja uma questão indigna de ser objeto de investigação (ALVES; VIDAL, 2022).

Negligenciar a categoria gênero é ser permissivo com a violência de gênero que tantos danos físicos, psicológicos e morais causam às vítimas; é perpetuar a violência doméstica contra meninas e mulheres; o medo de sair à noite, sozinhas; de terem o seu corpo violado; e sepultado cotidianamente. Discorrer sobre gênero é ir de encontro a estes problemas que acompanham a vivência feminina; é unir forças, alçar a voz e dizer: basta. Trata-se de uma demanda social que deve ter a máxima atenção dos profissionais da educação, não isentando-se o docente de Geografia.

As intempéries que provêm das consecutivas falas e medidas tomadas pela ala política, que tem o intuito de deslegitimar a pertinência da abordagem de gênero na esfera escolar, intimida alguns educadores que optam por não trabalhar este assunto em sala de aula. A politização do termo gênero e a retirada de sua menção do PNE e BNCC são retrocessos

logrados por aqueles que, de certa maneira, se beneficiam da hierarquização de gêneros emaranhada nas relações sociais. É confortável e cômodo, para eles, permanecer a estrutura social da forma como está; o medo do desconhecido é o que os motiva a adotar uma postura conservadora, isto, ou o mero receio de perder a posição de poder sobre os demais corpos.

Mas ainda que tocar nesse assunto seja como mexer desprotegido em um vespeiro, a situação permanecer como está é insustentável. Os princípios de igualdade, respeito e solidariedade ao próximo devem sim ser abordados, para tanto, o devido esclarecimento e diálogo devem se concretizar, a começar pelo ambiente escolar. Para aqueles docentes que queiram discutir a temática, estes estão resguardados pelas “Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos”. Desta forma, o docente colaborará para a formação de cidadãos conscientes, aptos a superar os preconceitos e discriminações que resultam em violência. Conforme apontam Mello e Tonini (2019), o Brasil é o décimo país mais violento em termos de violência de gênero.

O educando é dotado de gênero, logo, não abordar o assunto é contribuir para que este não se sinta representado e que os conteúdos trabalhados não tenham significado na sua vivência cotidiana. Discutir gênero em sala de aula é desconstruir mitos e tabus; é desbanalizar ações e comportamentos desmoralizantes, depreciativos e discriminatórios; é melhorar a convivência no ambiente educacional; é criar meios para a consolidação de uma sociedade fundada em valores éticos. Para combater as desinformações, os profissionais da educação devem unir-se e fazer uma frente ampla para munir os setores sociais dos devidos esclarecimentos, em benefício da diversidade e pluralidade (VIDAL; ALVES, 2022).

Não rara às vezes, lê-se que os professores de Geografia não trabalham a perspectiva de gênero pela falta de inserção da temática na formação inicial e continuada. Todavia, esta justificativa é infundada ante a presença em ascensão da temática na organização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, além da publicação de artigos em periódicos e, inclusive, de periódicos especializados na temática na área da Geografia. Isto sem mencionar o frenesim que o assunto gera nos meios de comunicação de massa que repercute no contexto educacional.

À vista disso, urge uma contínua mobilização dos cursos de Geografia, seja para institucionalizar disciplinas específicas sobre gênero, ou ao menos para incorporá-la nas múltiplas disciplinas da área da Geografia Humana, enfatizando-se a presença, participação, contribuições sociais e a produção do espaço da pluralidade de sujeitos. A atuação mais incisiva é indispensável para a conformação de relações sociais mais harmônicas, pautadas na equidade

e respeito mútuo que, de certo, impactará positivamente nos índices elevadíssimos de criminalidade e violência surtidos pela ausência de apreço à diversidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I. M. O gênero em Geografia: Introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 331-348, 1990.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF, 2013 b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRANDÃO, E. R; LOPES, R. F. F. Não é competência de o professor ser sexólogo: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Cívitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, 2018.

COSTA, C. L. A Presença e ausência do debate de gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 76- 84, 2011.

ESCOUTO, C. M.; TONINI, I. M. Gênero e Sexualidade: Onde estão essas questões no currículo da licenciatura em Geografia da UFRGS? **Para onde?** Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 186-190, 2018.

FARIA, R. P. N. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de Geografia em escolas públicas de Goiânia**, Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 137.2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/anuario2015.retificado.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Disponível em https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso EM: 23 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 30 maio 2023.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) ANPOCS/CAPES**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HRUSCHKA, J.; MAIO, E. R. Gênero e diversidade sexual: análise dos projetos políticos pedagógicos das escolas públicas estaduais de Londrina/ PR – ensino médio. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 78-89, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. *In*: SILVA, Maria Alves da (org.). **Gênero e Diversidade**: debatendo identidades. São Paulo: Perse, 2016. p. 229-246.

MANINI, D. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**: mulher, história e feminismo, Campinas, n. 3/4, p. 45-64, 1996.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, T. A.; TONINI, I. A. Gênero e sexualidade: onde estão no livro didático de Geografia? *In*: ENANPEGE, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: [s. n.], 2019. p. 1-10.

MORAIS, J. M. A abordagem das questões de gênero no ensino de Geografia – Diálogo com professoras da educação básica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 14., 2021. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2021. p. 1-12.

NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. Geografia e Gênero: da crítica à racionalidade à aproximação pós-estruturalista. **Mercator Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 29-35, 2009.

NASCIMENTO, R. S.; CLAUDINO, B. C. Gênero e sexualidade como tema da aula de Geografia: Reflexões sobre uma experiência PIBID. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 19., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: [s. n.], 2018. p. 1-11.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terra@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Planos subnacionais de educação, 2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. de S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. *In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 1., 2010, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2010. p. 1-10.

REIS, M. L. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, 2015.

ROCHA, G S; CAMPOS, M. C. O ensino de Geografia e o conceito de identidade de gênero: possibilidade de abordagem da temática em sala de aula. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 12, n. 22, p. 05-25, 2022.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SILVA, S. M. V. Gênero e Geografia/Geografia Feminista: O que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 23, p. 105-110, 1998.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SILVA, J. M.; CESAR, T. R. A. O.; PINTO, V. A. Gênero e Geografia brasileira: Uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p.185-200, 2015.

VIDAL, V. C.; ALVES, R. C. A ausência da categoria gênero na geografia escolar: reflexões sobre a essencialidade da inserção da temática neste componente curricular e possíveis práticas pedagógicas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO*, 21., 2022, Uberlândia. **Anais [...]** XXI ENDIPE, Uberlândia, MG: UFU, 2022. p. 1-8.

VIDAL, V. C.; ALVES, R. C. A Urgência das Discussões sobre Gênero nos Cursos de Formação de Professor em Geografia: Breve Análise dos Projetos Pedagógicos da UEMG e UNIMONTES (Minas Gerais, Brasil). *In: SOUZA, L. P. de. (org.). Educação: Avanços e Desafios*. 1. ed. Campo Grande, MS: Inovar, 2020. v. 1, p. 147-156.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Gostaria de agradecer à prof.a Dra. Iara Soares de França pelo conhecimento compartilhado e pela construção da monografia intitulada “Estupro consumado e tentado em Montes Claros-MG (2012-2019): Uma leitura a partir da Geografia de Gênero”, a qual resultou no presente artigo.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Os dados utilizados no trabalho estão disponíveis no sítio eletrônico: <https://forumseguranca.org.br>.

Contribuições dos autores: A prof.a Dra. Iara Soares de França orientou o trabalho enquanto o prof. Dr. Rahyan de Carvalho Alves esteve presente na banca do Trabalho de Conclusão de Curso. As considerações, sugestões e correções de ambos nortearam o desenvolvimento do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Formatação e normalização.

